

PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO

ANO LETIVO	SÉRIE	TURNO
2026	6º Semestre (3º ano) – Grade 2023	Diurno

NOME DA DISCIPLINA / GOOGLE SALA DE AULA

Direito Constitucional IV

CARGA HORÁRIA

SEMANAL: 2 Horas-aula

SEMESTRAL: 40 Horas-aula

DOCENTE RESPONSÁVEL

Gustavo Escher Dias Canavezzi

EMENTA DA DISCIPLINA

Remédios e garantias constitucionais. Princípios constitucionais. Direito de petição. Habeas Data. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Objetivos Gerais: Capacitar o estudante a analisar e resolver casos jurídicos complexos, mobilizando conhecimentos teóricos e normativos, habilidades argumentativas e interpretativas, bem como atitudes de responsabilidade, cooperação e sensibilidade crítica diante das implicações sociais das decisões jurídicas.

Objetivos Específicos:

1. Analisar criticamente casos concretos envolvendo ações constitucionais e hipóteses teóricas relacionadas ao controle de constitucionalidade.
2. Exercitar a capacidade de estruturar argumentos jurídicos consistentes, com base em fundamentos teóricos, normativos e jurisprudenciais, aplicando-os à resolução de casos concretos.
3. Desenvolver uma postura de responsabilidade acadêmica, comprometimento com prazos, ética na pesquisa e respeito às regras de integridade intelectual.
4. Favorecer o trabalho colaborativo, o respeito às diferenças de opinião e a escuta qualificada no debate acadêmico.

INSTRUMENTOS E ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Google Sala de Aula (Classroom): Os alunos devem acessar o Google Sala de Aula (Classroom) da disciplina correspondente para terem informações quanto aos detalhes e/ou instrumentos dos métodos avaliativos, bem como seus critérios de correção, quando for aplicável.

Arredondamentos: é aplicado de maneira criteriosa para promover uma abordagem pedagógica eficaz e garantir que o aluno tenha oportunidade adequada de revisão e consolidação do conhecimento. Os arredondamentos são aplicados de forma estratégica, não para facilitar a aprovação, mas fomentar a aprendizagem. Na média final, antes do exame, não são realizados arredondamentos, pois o exame é uma oportunidade pedagógica significativa que permite aos alunos uma revisão e aprofundamento do conteúdo estudado. Essa preparação intensiva é essencial para a consolidação do aprendizado, ajudando o aluno a identificar e corrigir eventuais lacunas no conhecimento. Há arredondamento de até 0,3 pontos para alcançar a média 3,0, evitando uma dependência (DP) direta. Mas apenas para aqueles alunos que é possível reconhecer o esforço contínuo ao longo do semestre. Do mesmo modo, há arredondamento nos exames de até 0,3 pontos para alcançar a média 6,0 e evitar a dependência (DP).

Avaliação substitutiva: A solicitação de avaliação substitutiva deve ser realizada pelo aluno junto à Secretaria. Os prazos estão estipulados no Calendário Acadêmico. Para os casos sem motivo justificado, é necessário o pagamento de uma taxa, cujo valor é estipulado pela FADI. Este pagamento deve ser realizado na Tesouraria da FADI. A isenção da taxa é concedida para casos com motivo justificado, como doença, luto, matrimônio, serviço militar, convocação oficial, entre outros.

Regime de dependência e adaptação: No ato da matrícula ou rematrícula, os alunos devem se matricular nas disciplinas do regime de dependência e adaptação, quando aplicável. O regime de adaptação é destinado aos alunos que vieram de transferência externa e precisam complementar o currículo com disciplinas que ainda não haviam sido cursadas na instituição anterior. Já os alunos em dependência são aqueles que não atingiram a média mínima para a aprovação na disciplina. Nesse regime, os alunos não são obrigados a assistir às aulas regulares. Cada professor possui autonomia para escolher o método de ensino, revisão e avaliação a ser utilizado. Nesse contexto, o Google Sala de Aula (Classroom) torna-se uma ferramenta essencial, pois todas as informações, materiais didáticos e instrumentos metodológicos disponibilizados estarão acessíveis nessa plataforma. A média necessária para aprovação direta é 6,0 (seis). Se a média ficar entre 3,0 (três) e 5,9 (cinco e nove décimos), o aluno deverá realizar o exame. Caso a média seja inferior a 3,0 (três), o aluno estará automaticamente em dependência (DP). A média para aprovação do exame é 6,0 (seis). Nessa disciplina, o material base para os estudos, durante o semestre, estará disponível no Google Sala de Aula (Classroom). A prova é formada por questões dissertativas e discursivas. A avaliação é **individual**. A duração da avaliação é de **1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos**.

BIBLIOGRAFIA	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 títulos)	
SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros	
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva	
BONAVIDES, Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Juspodivm/Malheiros	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (5 títulos)	
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do Processo Legislativo. São Paulo: Saraiva	
SILVA, JOSÉ AFONSO da. Aplicação das normas constitucionais. São Paulo: Malheiros	
ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Competências na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas	
SILVA, Virgílio Afonso da. Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Edusp	
MENDES, Gilmar. Controle de Constitucionalidade. São Paulo: Saraiva	

Nº	TEMAS E ATIVIDADES	T/P	MÉTODO
1 06/08	Apresentação do curso, plano de ensino e descrição dos textos e conteúdos.	Teórica	Aula Expositiva
	Material de Apoio: Plano de Ensino e Constituição Federal		
2 13/08	Garantias constitucionais. Jurisdição e direitos fundamentais.	Teórica	Aula Expositiva
	Material de Apoio: Constituição Federal		
3 20/08	Direitos fundamentais: explícitos e implícitos.	Teórica	Aula Expositiva
	Material de Apoio: Constituição Federal e jurisprudência do STF		
4 27/08	Princípios processuais constitucionais: acesso à jurisdição, devido processo legal, duplo grau de jurisdição, isonomia processual, contraditório, ampla defesa	Teórica	Aula Expositiva
	Material de Apoio: Constituição Federal e jurisprudência do STF		
5 03/09	Princípios processuais constitucionais: proibição de prova ilícita, proporcionalidade e razoabilidade, juiz e promotor natural, publicidade e motivação das decisões judiciais.	Teórica	Aula Expositiva
	Material de Apoio: Constituição Federal e jurisprudência do STF		
6 10/09	Habeas Data.	Teórica	Aula Expositiva
	Material de Apoio: Constituição Federal e Lei nº 9.507/1997		
7 17/09	Habeas Data: análise de casos concretos.	Prática	Aula Dialógica
	Material de Apoio: jurisprudência do STF		
8 24/09	Mandado de Injunção Individual	Teórica	Aula Expositiva
	Material de Apoio: Constituição Federal e Lei nº 13.300/2016		
9 01/10	Mandado de Injunção Coletivo	Teórica	Aula Expositiva
	Material de Apoio: Constituição Federal e Lei nº 13.300/2016		
10 08/10	Mandado de Injunção: análise de casos concretos.	Prática	Aula Dialógica
	Material de Apoio: jurisprudência do STF		
11 15/10	Ação Popular.	Teórica	Aula Expositiva
	Material de Apoio: Constituição Federal e Lei nº 4.717/1965		
12 22/10	Ação Popular: análise de casos concretos	Prática	Aula Dialógica
	Material de Apoio: jurisprudência do STF		
13	Ação Civil Pública.	Teórica	Aula Expositiva

29/10	Material de Apoio: Constituição Federal e Lei nº 7.347/1985		
14	Prova discursiva	Prova	Avaliação
05/11	Avaliação 50%		
15	Ação Civil Pública: análise de casos concretos.	Teórica	Aula Dialógica
12/11	Material de Apoio: Constituição Federal e jurisprudência do STF		
16	Desafios: ações individuais x coletivas.	Teórica	Aula Dialógica
19/11	Material de Apoio: Constituição Federal e jurisprudência do STF		
17	Revisão	Teórica	Aula Dialógica
26/11	Material de Apoio: Constituição Federal e jurisprudência do STF		